



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

A Problemática da Participação das Mulheres nos Órgãos de Poder Político: O Caso do Parlamento Cabo-verdiano

Arcádio Victor Lopes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciência Política

Orientador:

Doutor José Manuel Leite Viegas, Professor Associado com Agregação

ISCTE-IUL- Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2013

AGRADECIMENTOS

Ao meu Orientador José Manuel Leite Viegas, pela disponibilidade em aceitar este desafio e pela colaboração em diversas fases desta dissertação.

Aos meus pais, Victor Lopes e Maria José Ramos, que me deram força para chegar até aqui.

Aos meus irmãos pelo apoio e compreensão, e a todos os familiares pela ajuda que me têm dado ao longo dos meus estudos.

A todos os meus amigos presentes ou não, de que apesar da distância, souberam me acompanhar em todos os momentos de alegria e tristeza.

A todos os professores do ISCTE-IUL que colaboraram no mestrado em Ciência Política.

A todos os meus colegas e amigos que diretamente ou não contribuíram quer com sugestões úteis, quer com materiais importantes, para que os objetivos preconizados fossem atingidos.

A todas as pessoas que me apoiaram e acreditaram na minha capacidade.

Obrigado a todos!

RESUMO

Este trabalho, intitulado “a problemática da participação das mulheres nos órgãos de poder político: o caso do parlamento Cabo-verdiano” pretende analisar o impacto do desenvolvimento económico, social e cultural, em particular o papel das mulheres neste processo, na participação feminina no parlamento Cabo-verdiano.

Procuramos evidenciar ao longo do trabalho que, apesar de este assunto ser encarado como um problema meramente político, envolve outros fatores, nomeadamente económicos e sociais (que serão analisados) mas também questões jurídicas, de cidadania e culturais.

Houve mudanças no mundo contemporâneo em torno da condição feminina, nos diferentes domínios da vida económica, social e política, no entanto a participação política feminina nos órgãos do poder político ainda constitui um problema.

É de salientar que o fenómeno da desigualdade de participação nos órgãos do poder político ainda não foi totalmente resolvido, mesmo nos países mais desenvolvidos e com democracia estabilizada. Temos que reconhecer, no entanto, que, de um modo geral, foram removidos nos países democráticos, e também em Cabo Verde, os obstáculos de cariz formal e legal para se atingir o objetivo de igualdade entre homens e mulheres.

Partindo da premissa que Cabo Verde cresceu e, sobretudo se desenvolveu tanto no domínio económico, social e cultural, procuraremos saber se este crescimento se refletiu e em que grau, na participação política das mulheres no parlamento. Subsidiariamente procuraremos fazer o levantamento de outros fatores de carácter político que podem ter tido influência neste processo.

Palavras-chave: Participação política das mulheres, Parlamento, desenvolvimento social e cultural, desenvolvimento económico.

ABSTRACT

This work, entitled "The issue of women's participation in politics: The case of Cape Verdean parliament" intends to analyze the economic, social and cultural impact, in particular the role of women in the process of participation in the parliament of Cape Verde.

The paper tried to make clear that this subject is regarded as a purely political problem but involves other factors, including cultural aspects, sociological, citizenship and law.

There have been changes in the contemporary world around the female condition in different areas of economic and social policy, however women's political participation in the organs of political power is still a problem.

It is noteworthy that the phenomenon of unequal participation in the organs of political power has not been fully solved even in more developed and stable democracy. We must recognize, however, that, in general, the obstacles to formal legal order to achieve the objective of equality between men and women were removed in democratic countries, and also in Cape Verde.

Assuming that Cape Verde has grown and developed mainly in the economic, social and cultural grounds, still remains to see whether this growth was reflected and to what degree in the political participation of women in parliament. Alternative seek to survey other political factors that may have influenced this process.

Keywords: Political participation of women, Parliament, economic, social and cultural development.

Lista de Siglas

CNE- Comissão Nacional das Eleições

CCSL- Confederação Cabo-verdiana dos Sindicatos Livres

ICF- Índice da Condição Feminina

ICIEG- Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género

IDSR- Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva

IMC- Inquérito Multi-Objetivo Contínuo

INE- Instituto Nacional de Estatística

ISF- Índice Sintético de Fecundidade

MED- Ministério de Educação e Desporto

QUIBB- Questionário Unificado dos Indicadores Básico e de Bem-estar

RGPH- Recenseamento Geral da População e Habitação

UNTC-CS – União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde- Central Sindical

Lista de Quadros

Quadro 1-Membros eleitos do parlamento, por género, nas eleições legislativas, período de 1975 a 2011.....	10
Quadro 2- Membros do Executivo de Cabo Verde, por género, período de 1986 a 2011.	11
Quadro 1 – Indicadores económicos de Cabo Verde (PIB, PIB per capita, PNB por habitante).....	26
Quadro 4 - Taxa de desemprego, por sexo, anos de 2000 a 2010 (%).....	27
Quadro 5- Situação perante a profissão por sexo, 2011.....	28
Quadro 6 - Situação perante atividade económica, por sexo, ano de 2010.....	29
Quadro 7 - Taxa de homens e mulheres por estado civil (1990, 2000 e 2010).....	30
Quadro 8 - Índice sintético de fecundidade (ISF), (1990 a 2010).....	30
Quadro 9- As mulheres na direção dos sindicatos (número e %) (2002 e 2007).....	31
Quadro 10 - Homens e mulheres nas profissões judiciais, anos de 2003 e 2004.....	31
Quadro 11 - Taxa de alfabetização da população de Cabo Verde, com 15 ou mais anos, por sexo, anos de 2000, 2006,2007 e 2010 (%).....	333
Quadro 12- Nível de instrução do corpo docente do ensino superior em Cabo-Verde, por sexo, ano de 2009 (N).....	33

Índice Geral

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	ii
ABSTRACT	iii
Lista de Siglas.....	iv
Lista de Quadros.....	v
INTRODUÇÃO.....	1
Objectivo principal e secundários.....	2
Hipóteses.....	2
Metodologia.....	2
CAPÍTULO I- AS MULHERES NA POLÍTICA	4
1.1- Debate teórico sobre a problemática da Sub-representação das mulheres na política	5
1.2- A Participação das mulheres na política em Cabo Verde.....	8
1.3- A questão das quotas.....	12
CAPÍTULO II- QUADRO TEÓRICO DE ANÁLISE: ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	16
2 - Teoria e conceitos Fundamentais: Participação Política, Cidadania política e Social, dominação simbólica, desenvolvimento económico, desenvolvimento social e cultural.	17
2.1- Participação Política.....	17
2.2- Cidadania política e social	18
2.3- Dominação Simbólica.....	19
2.4- Desenvolvimento económico.....	21
2.5- Desenvolvimento social.....	22
2.6- Desenvolvimento cultural	22
III. CAPÍTULO- DESENVOLVIMENTO GLOBAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA: O CASO DO PARLAMENTO CABO-VERDIANO	24
3- Desenvolvimento económico, Social e Cultural e a sua repercussão na entrada das mulheres no parlamento.	25
3.1- Desenvolvimento económico.....	25
3.2- Desenvolvimento Social	29
3.3- Desenvolvimento Cultural	32
CONCLUSÃO.....	35

BIBLIOGRAFIA	38
CURRICULUM VITAE	41

INTRODUÇÃO

As sociedades modernas capitalistas deram origem a novas desigualdades e conseqüentemente a desigualdades de recursos dos indivíduos para participarem social e politicamente.

“In allocating income, wealth, status, knowledge, creation organization position, popularity, and a variety of other values, every society also allocates resources with which an actor can influence the behavior of other actors in at least some circumstances.” (Dahl,1971: 82)

Neste contexto, tornam-se importantes os direitos cívicos e políticos de cidadania, pelo que representam de tendência para remoção das desigualdades do sistema de classes, e pela função chave de integração social e políticas dos cidadãos (Barbolet, 1989:127).

A problemática da sub-representação política das mulheres em todos os órgãos do poder político tem recebido muita atenção nos últimos anos, principalmente nos últimos 20 anos, em quase todas as democracias contemporâneas. No entanto, a carência de estudos nesta área em Cabo Verde é uma realidade.

Este assunto tem sido presente e tem ganho cada vez mais importância em Cabo Verde, onde são várias as organizações que têm vindo a trabalhar no que tange à igualdade e equidade de género, nomeadamente nos vários debates televisivos, onde tem estado bem presente a problemática da sub-representação das mulheres nos órgãos do poder político.

Segundo Viegas e Faria (2001:1) a sub-representação feminina nos órgãos do poder político insere-se, claramente, no problema mais vasto do acesso das mulheres às diversas esferas da vida económica, social e cultural, bem como dos obstáculos e resistências que se colocam neste processo.

Intitulado “a problemática da participação das mulheres nos órgãos do poder político: O caso do parlamento Cabo-verdiano”, o presente trabalho de investigação pretende analisar o impacto do desenvolvimento económico, social e cultural na participação das mulheres no parlamento Cabo-verdiano.

Cabo Verde cresceu e, sobretudo desenvolveu-se graças à boa governação que tem sido elogiada por vários países internacionais, no entanto, as mulheres continuam ainda mais vulneráveis economicamente, socialmente e culturalmente. Já dizia Perret e

Ronstong (1993) que os recursos são fundamentais no que se refere a participação na vida social de forma igualitária. Recursos esses que têm sido considerados uma espécie de “capital cultural” no acesso aos órgãos do poder político.

Há que admitir que houve mudanças no mundo contemporâneo em torno da condição feminina, nos diversos domínios da vida económica social e política, no entanto, a participação política de forma desigual ainda constitui um problema.

Objetivo principal

Analisar se o impacto do desenvolvimento económico, social e cultural e, em particular, o papel da mulher neste processo, se refletiu na participação feminina no parlamento Cabo-verdiano.

Objetivos secundários

- Analisar a evolução da participação das mulheres no parlamento de Cabo Verde;
- Comparar a evolução do desenvolvimento económico, social e cultural e, em particular o papel da mulher neste processo, com a sua participação no parlamento;
- Justificar e perceber a necessidade de criação da lei das quotas nas listas eleitorais para o parlamento.

Hipóteses

- O desenvolvimento económico, social e cultural de Cabo Verde traduziu-se no aumento gradual da participação das mulheres no parlamento;
- O desenvolvimento económico, social e cultural por si só não explica a entrada das mulheres no parlamento Cabo-verdiano.

Metodologia

Qualquer trabalho de investigação pressupõe sempre uma metodologia a adotar. Neste sentido, para atingir os nossos objetivos e comprovar ou não as hipóteses, procurou-se inventariar um conjunto de dados, se bem que de forma não exaustiva,

sobre o desenvolvimento económico, social e cultural e, em particular o papel da mulher neste processo, com a participação no parlamento de Cabo Verde.

O nosso estudo empírico baseia-se essencialmente na análise documental, ou seja, nos dados recolhidos tanto no Instituto Nacional de Estatística, como também no Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género. Os dados recolhidos foram sobre o desenvolvimento económico, social e cultural de Cabo Verde. Tudo isso como estratégia de analisar se estes refletiram ou não, na entrada das mulheres no parlamento Cabo-Verdiano.

Perante o desenvolvimento económico optamos por escolher as variáveis: crescimento do PIB e do PIB per capita, a evolução da população, situação perante profissão, a evolução da taxa de desemprego e a situação perante a atividade económica por sexo. Há muitos autores que defendem que o aumento do desenvolvimento económico propicia uma maior participação política, neste sentido, procuraremos analisar se as variáveis anteriormente mencionadas poderão ter tido alguma influência neste processo.

Para medir o desenvolvimento social usaremos as variáveis: “estado civil”, índice sintético de fecundidade, as mulheres na direção dos sindicatos e as mulheres nas profissões judiciais. As duas primeiras variáveis explicam-se pelo facto da diminuição do número de mulheres casadas, aliado a redução da dimensão familiar, permitirem às mulheres afastarem-se das tarefas domésticas e conseqüentemente, terem uma maior participação política (Boudieu, 1989). As duas últimas variáveis explicam-se pelo facto do aumento da presença das mulheres em funções de representação, caso das direções sindicais, ou em profissões de prestígio social, lhes garantirem melhores condições para virem a ocupar lugares nos órgãos de poder político.

Para medir o desenvolvimento cultural, consideraremos como indicador a “taxa de alfabetização” e o “nível de instrução”, desagregados por sexo. Estas variáveis são importantes porque medem o “capital cultural”, que é indispensável para a participação nos órgãos do poder político.

Organização da dissertação

Durante a elaboração do trabalho procuramos seguir um esquema organizado que está estruturado em três capítulos, sendo que no primeiro capítulo procuramos

evidenciar a contribuição teórica de vários autores no que tange à problemática da sub-representação das mulheres nos órgãos do poder político.

O segundo capítulo centra-se no quadro teórico de análise, e nos conceitos fundamentais que irão ser operacionalizados na pesquisa empírica, nomeadamente a participação política, cidadania política e social, a dominação simbólica e o desenvolvimento económico, social e cultural.

O terceiro e último capítulo estará centrado no nosso estudo empírico, isto é, na análise da relação entre o desenvolvimento económico, social e cultural com a participação das mulheres no parlamento Cabo-verdiano.

CAPÍTULO I- AS MULHERES NA POLÍTICA

1.1- Debate teórico sobre a problemática da Sub-representação das mulheres na política

Neste capítulo procura-se analisar a problemática da sub-representação das mulheres na política, através das contribuições teóricas de vários autores, demonstrando que, apesar de este assunto ser encarado como um problema político, de cidadania, ele tem também aspetos de carácter social, cultural e jurídico.

É neste sentido que achamos imperioso seguir uma sequência lógica, ou seja, problematizar o assunto através dos fatores anteriormente mencionados, e na segunda parte centrarmos a nossa pesquisa no contexto Cabo-verdiano, se bem que numa perspectiva ainda teórica.

“Falar-se de cada género convoca, naturalmente, a temas de diferenças entre os sexos no campo da política” (Canas Vitalino, 1999:13).

Como é sabido as mulheres, hoje em dia continuam a estar fortemente sub-representadas nos órgãos do poder político (Norris, 2004: 179). *Women’s empowerment and their full participation on the basis of equality in all spheres of society, including participation in the decision – making process and access to power, are fundamental for the achievement of equality, development and peace*”(Norris, 2004:80).

A exclusão das mulheres já se encontra na pólis grega. Vários motivos foram utilizados para justificar tal exclusão: menor inteligência, dedicação familiar, dependência do homem, desinteresse pela política (Martins, 2008).

O sistema de representação deve ter como princípio, a inclusão das mulheres nos órgãos do poder e não o “abandono” do poder nas mãos dos outros, na qual todos os cidadãos e cidadãs deve (riam) participar (Amélia, 1999 in prefácio).

Não obstante os debates políticos, circunscrito à esfera política, as movimentações sociais e as discussões e decisões sobre a conquista da igualdade das mulheres na esfera política são bastantes anteriores (Viegas e Faria 2001: 1).

Este padrão de sub-representação das mulheres na política persiste apesar das tendências de mudança na escola, na família e no trabalho, que transformaram o papel das mulheres nestas instituições. Esta mudança foi particularmente sensível depois da II guerra mundial nas democracias ocidentais, nas quais se desenvolveram importantes movimentos sociais feministas (Norris, 2004: 179).

Nas últimas décadas tem-se testemunhado a demanda crescente para a inclusão das mulheres em listas eleitorais (Norris, 2004:189), no entanto, a sensibilização dos

partidos políticos para a mobilização política das mulheres já anteriormente se fazia sentir, principalmente sob a forma organizacional, através da criação de secções feministas no seio dos partidos políticos ou em organizações autónomas por elas criadas, embora os estudos efetuados não comprovem a relação direta entre a existência destas organizações e o aumento do número de mulheres candidatas ou eleitas (Viegas e faria, 2001:5). No entanto, estes autores reconhecem que nos últimos anos tem havido crescimento e fortalecimento das exigências no sentido de haver maior igualdade de género no campo da política.

Segundo Martins “as posições de pensadores liberais, na linha da crescente defesa da igualdade, entre os movimentos sufragistas, as pressões dos movimentos operários, entre outros, contribuíram para a crescente integração da mulher na vida política (Martins, 2008:161).

Torna-se necessário refletir, antes de mais, no quadro das representações sociais, assim como no das representações que as mulheres têm delas próprias e das imagens que produzem do seu grupo de pertença, porquanto se observa presentemente uma mudança generalizada nas ideologias e nos valores que poderá contribuir para outro olhar por parte da opinião pública em relação às causas das mulheres (Amélia, 1999: 75).

É indiscutível, em todo caso, que as mulheres sentem em geral uma “privação relativa” maior do que os homens, mesmo no contexto de fraca “privação” as mulheres geralmente tem aspirações mais baixas, (Cabral,1997:95) mas, que segundo Girond (citado por Amélia, 1999: 76), as mulheres mudaram muito, sobretudo a nível da representação que tem de si próprios, pois já não utilizam termos como: *Je suis faible, je suis frágil, je suis incapable, j ene aurais pas faire ça... mais: je suis a tont à fait capable de faire ce que jái envie de faire.*

Temos que admitir que houve mudanças e transformações no mundo contemporâneo relativamente às mulheres, ou seja, elas ficaram mais instruídas, fator este que lhes permitiu entrarem no mercado de trabalho com melhores condições.

Pierre Bourdieu afirma que a mudança maior é sem dúvida o facto de a dominação masculina já não se impor com a evidência do óbvio (Bourdieu, 1999:77). Segundo (Bourdieu, 1999: 77-79) houve profundas transformações que a condição feminina conheceu, sobretudo nas categorias sociais mais favorecidas. Trata-se por exemplo, do alargamento do acesso ao ensino secundário e superior e ao trabalho assalariado, e, por isso, à esfera pública; com o alargamento do acesso das mulheres à

instrução e correlativamente, à independência económica, bem como a transformação das estruturas familiares; o distanciamento relativamente às tarefas domésticas e as funções de reprodução (ligado aos progressos e ao uso generalizado das técnicas contraceptivas e à redução das dimensões da família), nomeadamente com o retardamento da idade de casamento e da procriação o encurtamento da interrupção da atividade profissional por altura do nascimento de um filho e também o crescimento das taxas de divórcio e a quebra das taxas de casamento.

O aumento do número de mulheres que trabalham não pode deixar de ter afetado a distribuição de tarefas no campo doméstico e no mesmo ato, os modelos tradicionais masculinos. Mas, para Boudieu (1999) uma das transformações mais importantes na condição das mulheres, e um dos fatores mais decisivos da transformação dessa condição, é sem sombra de dúvida, o maior acesso das raparigas ao ensino secundário e superior, e conseqüente entrada nas estruturas produtivas, que acarretou uma modificação muito importante da posição das mulheres na divisão do trabalho: observa-se assim uma maior representação das mulheres nas profissões intelectuais e na administração e nas diferentes formas de serviços simbólicos.

Embora essas transformações da condição feminina vão no sentido positivo, não podemos dizer que estejamos já no cenário de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, estas não se encontram ainda a um nível sobre a qual se possa dizer que traduz num cenário de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres (Viegas e faria, 2001).

Segundo Canas (1998:14) a participação igualitária dos dois sexos nos centros de decisão política criará condições de melhoria a nível democrático, não apenas porque realçará e valorizará as diferenças de conhecimentos, de valores e de sensibilidade entre homens e mulheres, resultantes de circunstâncias de género, mas também porque permitirá que se manifeste a riqueza resultante de desiguais experiências de género, mas sobretudo porque superará a democracia excludente.

1.2- A Participação feminina nos órgãos do poder político em Cabo Verde

Estamos numa altura em que existem sinais provenientes de África em termos de evolução política que são bastante confusos e contraditórios, em que as análises são uma coisa e a realidade outra (Macano, 2002).

A vulnerabilidade económica e o baixo nível de instrução das mulheres africanas, tem sido preocupante com a feminização do abandono escolar principalmente no ensino básico e secundário, e com a elevada taxa de gravidez precoce, que frequentemente condena os estudantes adolescentes a abandonar os estabelecimentos de ensino, muitas vezes definitivamente (Monteiro 2007:75), e constituem fatores decisivos da fraca participação feminina nos órgãos do poder político em Cabo Verde e dificultam a aquisição pelas mulheres de maiores recursos simbólicos, mobilizáveis para a participação política.

É de salientar que o fenómeno da desigualdade de participação nos órgãos do poder político ainda não foi totalmente resolvido, mesmo nos países mais desenvolvidos e com democracia estabilizada. No entanto, temos que reconhecer os obstáculos de cariz formal para se atingir os objetivos da igualdade entre homens e mulheres que foram removidos em vários países e Cabo Verde pertence ao conjunto de países onde essas transformações se realizam. A ONU em 2005 defendeu o direito à participação política de todas as mulheres, ao abrigo do princípio de equidade em todas as esferas da sociedade, incluindo a participação no processo decisório e o acesso ao poder, principalmente nas áreas em que esse acesso garante a igualdade e contribui para o desenvolvimento e a paz.

Em Cabo Verde o ICIEG (Instituto Nacional para Igualdade e Equidade de Género) tem vindo a criar condições para que exista uma redistribuição igualitária de poder entre mulheres e homens. Apesar do Código de Família em Cabo Verde explicitar que homens e mulheres têm iguais direitos e responsabilidades na gestão do espaço público e privado, as rotinas diárias de homens e mulheres continuam a ser diferenciadas e o protótipo de pensamento social continua a corresponder a um paradigma de unidade familiar e de distribuição de tarefas, onde a mulher é a que se ocupa fundamentalmente do bem-estar familiar e doméstico.¹

¹ ICIEG (instituto Nacional para a Igualdade e equidade de género)

Cabo Verde tem-se feito representar nos diferentes eventos internacionais e regionais, assumindo o compromisso de implementação de medidas políticas específicas direcionadas à promoção e igualdade de género.²

Na perspetiva de Viegas e Faria (1999) tem-se verificado que vários países democráticos ocidentais introduziram nos últimos anos alguma forma de discriminação positiva no sentido de promover a participação política feminina nos órgãos do poder político.

Cabo verde também faz parte dos países que assinou a convenção para a “eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres desde 1980”. O artigo 7ºb da referida convenção que os Estados partes tomarão todas as medidas necessárias para eliminar a discriminação da mulher na política garantindo o direito de participação na formulação de políticas governamentais e na execução destas.

É certo que tem-se notado um aumento gradual em termos de participação feminina nos órgãos do poder político, nomeadamente nas eleições legislativas de 2006 e 2011 onde houve um crescimento no parlamento de 5%, passando de 15,3% em 2006 para 20,8% em 2011, como se pode ver no Quadro 1, no entanto este fenómeno de sub-representação feminina nos órgãos do poder político continua longe de ser resolvido.

²Há que destacar o programa do governo 2011-2016 “a problemática do género”, assegurando que a questão da paridade e da igualdade de género é um dos quatro elementos nucleares do programa. Tudo isto com intuito de erradicar a pobreza e conseqüentemente o crescimento económico. A transversalidade do enfoque de género no quadro da agenda estratégica do programa do governo 2011-2016 tem por objectivo 1º construir uma economia dinâmica, inovadora e sustentável com prosperidade partilhada para todos, 2º fomentar o crescimento do sector privado e do investimento e a produtividade, promover o desenvolvimento e a coesão social e facilitar o acesso aos serviços básico, 3º capacitar os recursos humanos e produzir conhecimento propiciador do crescimento económico, 4º aprofundar as liberdades e reforçar a boa governação, modernizar e ampliar infraestruturas, afirmar a nação global e desenvolver parcerias para a competitividade.

ICIEG, http://www.icieg.cv/files/Abordagem_Genero_e_Programa_de_Governo.pdf, consultado em 05/01/2012.

Quadro 2-Membros eleitos do parlamento, por género, nas eleições legislativas, período de 1975 a 2011.

Data da Eleição	Deputadas Eleitas	Deputados Eleitos	Total
1975	1	55	56
1980	4	59	63
1985	10	73	83
1991	3	76	79
2001	8	64	72
2006	11	61	72
2011	15	57	72

Fonte: CNE (Comissão Nacional das Eleições)

Podemos dizer que Cabo Verde, durante o período colonial, apesar da sua suposta especificidade colonial e tratamento especial em comparação com outros países por parte da antiga potência colonial (Portugal), as mulheres estavam submetidas à referida dupla colonização (colonial e patriarcal), não se conhecendo a seu favor leis ou quaisquer instrumentos que tivessem em conta os seus direitos e aspirações (Monteiro, 2007:110). Através dos dados do quadro 1, podemos notar que desde 1975, altura em que Cabo Verde conquistou a independência, as mulheres continuam sempre sub-representadas no parlamento.

Se formos fazer uma análise comparativa entre o número de deputadas eleitas e o número de mulheres no governo (poder executivo), podemos notar que nenhuma mulher desempenhou cargos no governo durante o período monopartidário³ como se pode ver no *quadro 2*. Nesta altura Cabo Verde era governado por um único partido e também a maioria das mulheres tinham pouco acesso à educação, onde as suas ocupações eram quase exclusivamente domésticas. Depois, no período de abertura democrática, uma mulher foi eleita pela primeira vez para o parlamento (1991) como se pode ver no quadro n^o2.

³ O monopartidarismo compreende o período (1975- 1990), governado pelo PAIGC, atual PAICV. Segundo Nzouankeu (citado por Évora 2011: 97), os regimes monopartidários no contexto Africano são legitimados com base no discurso que pregava que o partido único era a única via para se construir um estado moderno. Segundo este discurso, o monopólio do poder por um único partido reduzia as chances de tensões sociais que podiam vir a explodir por causa da diversidade étnica e religiosa que predominava nos países do continente Africano. O partido único uniformizava a diversidade social e garantia a paz. Mas na perspetiva de Évora, Cabo Verde não tinha aquela multiplicidade Étnica e cultural dos demais países Africanos. A sua formação social é marcada por uma grande homogeneidade (Évora 2011:97).

Quadro 3- Membros do Executivo de Cabo Verde, por género, período de 1986 a 2011.

	Mulheres	Homens	Total	%
1986	0	20	20	0
1991	1	15	16	6
1998	5	18	23	22
2002	4	13	17	24
2004	3	18	21	14
2006	7	15	22	32
2008	8	12	20	40
2011	8	12	20	40

Fonte: Crispina Gomes (2011), *Mulheres e poder: o caso de Cabo Verde*, Praia: IBNL

É de realçar que houve uma evolução da participação das mulheres no poder executivo depois de Cabo Verde ter tomado a independência⁴, dado que as mulheres vão ocupando lugares importantes no governo juntamente com os homens. Em 1991 constitui-se o primeiro governo integrado por mulheres; depois desta data a participação das mulheres no executivo de Cabo Verde foi aumentando paulatinamente, passando de 6% em 1991, para 24% em 2000 e atualmente de 40%.

Se formos fazer uma comparação entre os dados apresentados nos quadros 1 e 2 constatamos que tanto no Parlamento como no poder executivo houve um aumento de participação feminina, no caso do parlamento a partir dos anos 2011 e no caso do executivo a partir de 2006, aumentado depois gradualmente. É de salientar que a proporção das mulheres no poder executivo aumentou de 0% em 1986 para 40% em 2008, enquanto o número de mulheres no parlamento evolui de 1% em 1975 para 20,8% em 2011. Assim podemos dizer que a problemática da desigualdade de género no acesso ao poder político em Cabo Verde está longe de estar resolvida. Mais adiante teremos

⁴ A independência de Cabo Verde ficou indefinida até finais de 1974. Os representantes do governo Português, e do PAIGC encontraram-se por diversas vezes para acertarem o acordo de independência. Um acordo viria a ser assinado em Lisboa a 19 de Dezembro do referido ano. Nele, Portugal Compromete-se a conceder a independência total àquele arquipélago num prazo de seis meses. Pela promulgação do decreto nº 754/74, foi nomeado um governo de transição, metade constituído por ministros nomeados por Lisboa e a outra indicada pelo PAIGC. Esse governo de transição ficou encarregada de criar as condições necessárias e a legislação para que se realizasse o recenseamento eleitoral nas Ilhas com o objetivo de eleger uma assembleia constituinte que num prazo de noventa dias, deveria aprovar uma constituição e declarar a independência do Estado de Cabo Verde a 5 de julho de 1975 (Évora, 2004:56-64).

oportunidade de confrontar estes dados com os que expressam o desenvolvimento económico, social e cultural de Cabo Verde neste período.

Como foi referido anteriormente, esta temática de sub-representação das mulheres tem estado muito presente no debate público principalmente nos países ditos democráticos. Não obstante as medidas legais impostas pelos partidos no tocante à presença mínima das mulheres, a fraca presença das mulheres nos órgãos do poder político é uma realidade não apenas nos países menos desenvolvidos como é caso de Cabo Verde, mas também abrange países desenvolvidos economicamente, socialmente e cultural. Vejam só o caso de Portugal, onde esta temática tem vindo a ser comentada e debatida por vários autores nomeadamente (Villaverde, 1997; Canas 1998; Viegas & Faria, 1999 e 2001; Martins e Pequito Teixeira, 2005; Baum e Espírito-Santo, 2009), demonstrando que este fenómeno não restringe apenas aos países menos desenvolvidos e recentemente democráticos como é o caso de Cabo Verde, até porque os aspetos económicos são manifestamente insuficientes para a compreensão da maior ou menor participação política feminina, exceto quando medeiam certas mudanças sociais e culturais, essas sim, determinantes tal como acontece em países como França, Suécia, Itália e Finlândia (Viegas e Fária, 2001:12). Em Cabo Verde houve progressos a nível da participação das mulheres tanto no parlamento como também no governo, embora reconhecemos que ainda persiste muita desigualdade.

1.3- A questão das quotas

Para corrigir o persistente desequilíbrio entre homens e mulheres, a nível de representação política, são vários os países que têm vindo a adotar políticas de intervenção no sentido de minorar ou anular essa desigualdade de representação.⁵

Na obra de Martins et al (2005:81), eles advogam que existem vários argumentos normativos e empíricos que apoiam a introdução de medidas formais ou legais destinadas a promover uma representação equilibrada ou paritária das mulheres e dos homens no exercício dos cargos políticos e, mais especificamente, no acesso ao mandato de deputado parlamentar.

⁵ Ver Baum e Espírito-Santo (2009), As causas para a adoção da lei da paridade em Portugal (375-411), in representação Política: O caso Português em perspetiva comparada, org. André Freire e José Viegas, Sextante Editora, Lisboa. Pag. 375.

Para Krook (citado por Baum e Espírito Santo, 2009), os estudos sobre a desigualdade de gênero e sobre a opção por medidas de estabelecimento da paridade entre os sexos têm seguido essencialmente quatro linhas principais: em 1º lugar, vários estudos concluíram que, regra geral, os grupos de mulheres estão na linha da frente de qualquer tipo de pressão no sentido de adoção de medidas de paridade onde esses grupos podem incluir as secções feministas no interior dos partidos políticos, movimentos feministas extrapartidários no seio da sociedade civil, os grupos internacionais de mulheres e até mesmo mulheres que estejam próximas de homens poderosos.

As quotas revestem-se de enorme importância enquanto estratégia “acelerada” para aumentar a representação das mulheres na política (Baum e Espírito-Santo, 2009:377)

Em Cabo Verde este assunto tem ganho muita importância nas últimas décadas, levantado por diversas organizações, nas quais podemos destacar a OMCV desde 1975, depois o ICF que atualmente é designado de ICIEG (Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade de Género)⁶. Os debates na comunicação social em torno deste assunto remontam aos anos 90, principalmente depois da abertura democrática de 1990. No entanto, ainda faz vencimento a posição da não aplicação da lei das quotas nas listas de deputados para o parlamento, com os resultados apresentados nos Quadros 1 e 2.

Através dos dados da INE (Instituto Nacional de Estatística) podemos notar que existem mais mulheres em Cabo Verde do que os homens, ou seja, cerca de 52% de mulheres, o que levou o Cientista Político Roselma Évora (2011) a defender que Cabo Verde é um país de mulheres governado pelos homens.

Segundo (Norris, 2004)⁷,: introdução da lei das cotas tem subjacente três princípios teóricos essenciais: compensação histórica, discriminação positiva e transitoriedade. *Compensação histórica* é essencial visto que as quotas ou uma lei da paridade visam corrigir desequilíbrios estruturais e distorções na representação política das mulheres nos órgãos eletivos. A *discriminação positiva* para com segmentos sociais em situação de desvantagem ou decomposição material como meio de corrigir esses

⁶ A criação do Instituto da Condição Feminina (ICF), atualmente é designada de Instituto Cabo-verdiano para igualdade e equidade de Género (ICIEG), remonta os anos 90, época em que se fazia sentir no país (Governo) a necessidade de um organismo institucional que tratasse de políticas públicas relativas a problemática da mulher, já que nessa altura, a Organização das mulheres de Cabo Verde (OMCV) que desempenhava esse papel desde a independência, em 1975, passou a ser uma organização não-governamental (ONGs). Para mais informações ver <http://www.icieg.cv/article/3>

⁷ Ver COSTA, Suzano (2011)

desequilíbrios e, por último, a *transitoriedade*, em que as quotas afiguram-se como medidas institucionais transitórias, temporalmente estabelecidas, com o propósito apenas de inverter desequilíbrios sociais e históricos enraizados nas dinâmicas de participação política. Regista-se, no entanto, que em termos analíticos e à luz dos fundamentos teóricos supracitados, as normas de discriminação positiva podem funcionar a favor dos homens, caso estes estejam em situação de sub-representação política ou subalternização social: “*quotas can be specified for women and men, of for other relevant selection criteria, such as ethnicity, language social sector, or religion*” (Norris, 2004, citado por Costa).

Em Cabo Verde não obstante os avanços a nível do desenvolvimento económico, social e cultural, ainda persiste o problema da desigualdade de participação política feminina nos órgãos de poder político, ou seja, ainda existem desfasamentos entre o nível de desenvolvimento económico, social e cultural feminino e a representação política das mulheres nos órgãos de poder.

As mulheres têm sido mais afetadas devido às posições que têm ocupado nas listas eleitorais, que são, predominantemente, em lugares não elegíveis.

Neste sentido Viegas e Faria (2001: 39) atribuem grande importância aos partidos políticos no incentivo à participação feminina nos órgãos do poder político. Ou seja, os partidos são numa primeira fase, um dos fatores condicionadores ou dinamizadores desse processo e, numa segunda fase objeto do impacto das transformações havidas. As mulheres são discriminadas de forma direta ou indireta nos processos de recrutamento político, sendo preteridas em favor dos homens pelos órgãos partidários responsáveis pela seleção dos candidatos e pela ordenação das listas (Martins e Teixeira, citado por Monteiro 2008:116)

Segundo (Costa, 2011) os obstáculos à participação política e as distorções no campo da representação política em Cabo Verde predem-se, por um lado, com a inexistência de soluções institucionais de incentivo à ocupação do campo político pelas mulheres, mas, sobretudo, com o peso das distorções culturais que condiciona, por seu turno, a aceitação/aplicação de arranjos nas regras institucionais (nos sistemas eleitorais, e partidários etc).

Já anteriormente referimos o papel dos partidos, que segundo Viegas e Faria (1999), são fundamentais no campo político e muito particularmente no que se refere à elaboração das listas de candidatura aos órgãos de poder, onde as mulheres Cabo-

verdianas estão menos representadas por causa da composição e ordenação de nomes nas listas eleitorais (Évora, 2011).

Em Cabo Verde a sub-representação política das mulheres em todas as esferas políticas persiste nos dois maiores partidos políticos (PAICV e MPD). Neste sentido para que possa haver igualdade formal entre homens e mulheres, há que estabelecer, através de legislação nacional, quotas mínimas por sexo nas listas de candidatura (Viegas e Faria, 1999).

Segundo Sanches (2013) “se a mulher tem tão baixa representatividade no parlamento é porque haja alguma limitação e assim sendo, estamos a falar de uma inconstitucionalidade. Se a Lei Mãe prevê que há essa oportunidade, esta tem que existir na prática”.

Sanches ainda diz que as mulheres surgem em número razoável nas listas dos partidos, mas geralmente não estão colocadas em lugares elegíveis. O que urge mudar, não é a participação feminina de forma quantitativa, “que já começa a existir”, de forma “qualitativa”.⁸

⁸ Graça Sanches in **Expresso das ilhas**, <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/sociedade/item/35417-rmp-quer-mais-mulheres-nos-lugares-de-decis%C3%A3o> consultado em sexta, 15 março 2013 00:10

CAPÍTULO II- QUADRO TEÓRICO DE ANÁLISE: ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS

2 - Teoria e conceitos fundamentais: participação política, cidadania política e social, dominação simbólica, desenvolvimento económico, desenvolvimento social e cultural.

2.1- Participação Política

Neste capítulo, procuramos centrar a nossa atenção no quadro teórico de análise com o intuito de clarificar os conceitos que irão ser operacionalizados, nomeadamente a participação política, cidadania política e social, dominação simbólica, desenvolvimento económico, e por último o conceito de desenvolvimento social e cultural. Julgamos que a clarificação destes conceitos é uma tarefa estritamente necessária de ser feita, antes de avançarmos para a operacionalização e tratamento dos dados empíricos.

Em termos etimológicos, o termo participação significa “fazer parte de”, “tomar parte em qualquer coisa”, ou seja, é uma ação tendente a envolver um cidadão ou um conjunto de cidadãos nos processos políticos, com o objetivo de influenciar as decisões dos governantes (Verba e Nie, 1972:2; Nie e Kim, 1978:46).

Neste sentido para Myron Weiner (citado por Martins, 2004:39) “a participação política refere-se a qualquer ação voluntária, com sucesso ou insucesso, organizado ou não, episódica ou contínua, utilizando métodos legítimos ou ilegítimos, com o objetivo de influenciar, a qualquer nível, as decisões políticas, a escolha dos governantes e a administração dos assuntos públicos”.

Para Parry “the participation is composed of a variety of activities which differ greatly in the time and effort they require, the skill and knowledge needed to perform them and the conflict they are likely to engender” (Parry et al, 1992:17).

Existem várias definições do conceito de participação política, o que nos leva a dizer que o conceito é complexo. Não existe um consenso no que tange ao conceito de participação política, dado que tende a variar conforme a opção normativa em causa (Parry et al, 1992; Barreto, 2002; Martins, 2004).

O conceito de participação nos órgãos do poder político se refere a uma diversidade de comportamentos dos cidadãos nas sociedades democráticas livres, as quais, no plano de valores, requerem que os indivíduos se interessem pela vida pública e que atuem de acordo com os princípios e normas estabelecidas (Martins, 2004:46).

Dahl, (citado por Martins,2004), considera que a participação nos órgãos do poder político pode incluir disponibilidade de tempo, riqueza, *status*, carisma, popularidade, educação, inteligência, como um conjunto de direitos de natureza política. Isso quer dizer que a participação política nos órgãos do poder político, pressupõe um conjunto de recursos por parte dos indivíduos, tais como: recursos económicos, sociais e culturais.

2.2- Cidadania política e social

Segundo Barbalet, “a cidadania como participação igualitária numa comunidade política é um meio de alcançar a integração social e política, quer pela aceitação geral dos valores comuns, quer pela negação das desigualdades, sendo difícil negar à cidadania um papel no contexto de integração social e política, é preciso acrescentar que os direitos de cidadania não podem ser vista apenas como uma força integrante” (Barbalet, 1989:127). Para este autor, dizer que os processos integrantes funcionam não é o mesmo que dizer a sociedade é um todo coeso, estável e inalterável.

Embora no século XX as mulheres tivessem atingido nas democracias ocidentais a igualdade no acesso aos lugares de poder económico, social e político, a sua concretização efetiva ainda está por resolver em muitos desses países.⁹

A Constituição da República de Cabo Verde (2011:51) estabelece no artigo 55º (participação na vida pública), que o Estado deve incentivar a participação equilibrada de cidadãos de ambos os sexos na vida política. O artigo 56º defende que todo o cidadão tem direito de aceder, em condições de igualdade e liberdade, às funções públicas e aos cargos eletivos, nos termos estabelecidos por lei e que ninguém pode ser prejudicado na sua colocação, carreira, emprego ou atividade pública ou privada, nem nos benefícios sociais a que tenha direito, por desempenhar cargos públicos ou exercer os seus direitos políticos.

Apesar desses direitos, liberdades e garantias de participação política e de exercício da cidadania concedidos pelo estado de Cabo Verde, ainda persistem desigualdades sociais no referente ao género onde as mulheres continuam sub-representadas em todos os órgãos do poder político.

⁹ Reynolds, Andrew (1999), women in the legislatures of worlds, world politics, pg 548.

Segundo a Presidente da Rede das Mulheres Parlamentares a ausência de mulheres nos lugares de decisão é uma fragilidade que põe em causa o direito constitucional da igualdade de oportunidade entre homens e mulheres.¹⁰

É neste sentido que (Martins, 2004:75) defende a complexidade existente na “esfera política”, ou seja, para ele “a esfera política refere-se às atividades orientadas para a afetação de regras gerais sobre o funcionamento do sistema político ou para a configuração do Estado e das comunidades locais, o que reenvia para aspetos relativos à formulações de leis e à prossecução de determinadas políticas públicas”.

Esta complexidade em torno da esfera política pode ser explicada pela luta existente entre os cidadãos no que tange ao poder, onde muitas vezes acabam por favorecer a classe masculina.

As mulheres carecem de recursos e motivações necessárias para obter a igualdade de participação e de acesso aos lugares de responsabilidade política.¹¹

No entanto nos últimos anos tem havido melhoramentos no que tange a igualdade e equidade de género. Basta analisarmos os quadros 1 e 2 para termos a noção da forma como a mulher tem vindo a aumentar a sua representação no parlamento. No próximo capítulo iremos evidenciar algumas pistas que poderão estar por de trás dessa entrada maciça das mulheres no parlamento, se bem que ainda de forma não exaustiva.

2.3- Dominação Simbólica

A noção de participação política prende-se com o carácter simbólico da mesma (Martins, 2004:80-84). Tal como no passado, ainda persistem situações de desigualdades de participação, onde uns são privilegiados em detrimento de outros, ou seja, injustiças sociais marcadas pelas relações de dominação.

Neste sentido Pierre Bourdieu advoga que “o *poder simbólico* é, com efeito, um poder de representação da realidade de forma hegemónica que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica, ou seja o sentido imediato do mundo (e em particular mundo social). Supõe aquilo que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer uma

¹⁰ Graça Sanches in *Expresso das ilhas*, <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/sociedade/item/35417-mp-quer-mais-mulheres-nos-lugares-de-decis%C3%A3o> consultado em sexta, 15 março 2013 00:10.

¹¹ Monteiro, Euridece (2008), *Mulheres, democracia e representação política*, in Teresa Cunha e Celina Santos, org. *Das raízes da Participação política*, Rainha e Neves, Lda- Santa Maria da Feira, Lisboa. Pag. 115.

conceção homogênea do tempo, do espaço do número, da causa que torna possível a concordância entre as inteligências (Bourdieu, 1989:9).

Existem vários cientistas políticos e sociais que continuam a defender a tese de que a ausência das mulheres nos órgãos do poder e da tomada de decisões continua a ser marcado pelo poder simbólico. Não obstante as transformações ocorridas no mundo contemporâneo, onde as mulheres têm mais acesso aos diferentes níveis de ensino, essas transformações são insuficientes para assegurar igual nível de participação, nos diferentes níveis da vida social e política.

A participação política das mulheres é limitada por fatores materiais e simbólicos que prejudicam sua capacidade de apresentar candidaturas, reduzem a capacidade daquelas que se candidatam e atrapalham o avanço na carreira política das que são eleitas (Miguel, 2009).

Não obstante os vários fatores explicativos do fenómeno da sub-representação feminina, como por exemplo, as mulheres realizarem as tarefas domésticas, a gravidez, o casamento entre outros, Bourdieu deixa claro que houve mudanças neste sentido, ou seja, as mulheres começaram a afastar-se das tarefas domésticas e da reprodução, com o apoio dos progressos materiais e científicos, nomeadamente as técnicas contraceptivas, a dimensão familiar e os apoios modernos ao trabalho doméstico (Bourdieu, 1989).

Atualmente todas as profissões estão abertas às mulheres, mas ainda é incontestável a ideia de que existem profissões onde a pessoa deve ser muito rígida na tomada das decisões e onde existe pouca presença das mulheres comparado com os homens. Por tudo isto, pergunta-se: quantas mulheres são presidentes de um clube de futebol da 1º liga? Quantas são pilotos de avião? Quantas são presidentes dos grandes bancos ou grupos económicos? Na realidade ainda existe profissões onde constatamos pouca presença das mulheres, se bem que não seja um fenómeno estritamente caboverdiano. Antigamente as mulheres enveredavam em grande maioria pelas áreas sociais, por exemplo, educação e saúde, situação que ainda hoje persiste, mas em menos escala.

No entanto nos últimos anos houve uma entrada crescente das mulheres nos órgãos do poder político. No próximo capítulo iremos evidenciar algumas pistas que poderão estar por de trás dessa entrada crescente das mulheres no parlamento, se bem que ainda de forma não exaustiva.

2.4- Desenvolvimento económico

O conceito de desenvolvimento, sempre como processo de mudança, evoluiu a partir da sua identificação com a dinâmica de crescimento económico, que foi real na década de 90, mas que passou a integrar aspetos sociais, culturais e de desenvolvimento da personalidade individual (Proença, 2009)

Nenhuma definição que se dê do desenvolvimento económico será inteiramente satisfatória (Meier e Baldwin, 1968:12). Este autor acrescenta que o desenvolvimento económico é um processo pela qual o rendimento nacional de uma economia aumenta durante um longo período de tempo.

“O desenvolvimento económico é o resultado do esforço que cada sociedade faz para se desenvolver em que a natureza e intensidade desse esforço dependem, porém, das condições de estrutura, de cultura e de organização da sociedade. Uma estratégia sociocultural de desenvolvimento pode, pois ser definitiva, a partir dessas condições”¹²

Perante o crescimento económico a medida unidimensional é o rendimento nacional *per capita*, ou seja, o crescimento económico pressupõe o aumento desta variável (Kindleberger, 1958:7). Segundo este autor o desenvolvimento económico tem grande influência na estrutura de classes, logo pressupõe que há maior participação política. A intensidade de capital é ainda mais significativa para o desenvolvimento económico, pois devido a ela aumenta a relação capital/trabalho (Kindleberger, 1958:23). Este autor dá-nos uma ideia que os recursos naturais são de uma importância crucial para o crescimento económico, mas não deixa de enfatizar a importância do capital humano para alavancar o desenvolvimento económico de um país (Kindleberger, 1958). O aumento da produção *per capita* depende de uma parte, dos recursos naturais disponíveis, e de outra, do comportamento humano. É, porém, igualmente claro que países que parecem ter aproximadamente os mesmos recursos, mostram grandes diferenças no seu grau de desenvolvimento, o que torna preciso estudar as diferenças do comportamento humano que influenciam o desenvolvimento económico (Lewis, 1960: 13).

¹² Nunes, A. Sedas, A perspectiva sociocultural do desenvolvimento económico. Pag. 375, artigo disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224155194Z3uBA7on4Zs97ZS9.pdf>

2.5- Desenvolvimento social

Segundo Luiz “Tratar o tema do *desenvolvimento social* requer, enfrentar a questão das iniquidades sociais de toda ordem - gênero, raça, renda, emprego, acesso universal a bens de consumo coletivo, dentre outros - que marcam nossa sociedade, sem restringi-las à dimensão única da pobreza” (Luiz, 1995:17).

“Um enfoque articulador das dimensões econômicas e sociais do processo de desenvolvimento requer nova superação, desta vez de concepção e desenho de políticas sociais tendo como alvo exclusivo os despossuídos (carentes), o que significa atribuir-lhes o estatuto de meras políticas compensatórias das desigualdades sociais; ao contrário, essa nova concepção implica conceber políticas sociais, também elas, como promotoras de desenvolvimento econômico, emprego e trabalho” (Luiz, 1995:17).

O desenvolvimento social está relacionado com o desenvolvimento cultural e econômico, já que todo o desenvolvimento é desenvolvimento social, ou seja, este engloba tanto o desenvolvimento cultural (capital humano), como o desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento deixou de estar associado à simples ideia de crescimento econômico, para passar a entregar transformações sociais e culturais como aspeto essencial no progresso das comunidades (Gomes, 1990:652). É neste sentido que o desenvolvimento econômico, social e cultural estão intimamente relacionados, ou seja, o desenvolvimento econômico depende do desenvolvimento social, este por sua vez, não é possível sem a existência do desenvolvimento cultural.

2.6- Desenvolvimento cultural

O desenvolvimento social e cultural encontram-se estritamente relacionados. O desenvolvimento é o resultado de um esforço coletivo, o que desde logo levanta o problema da aptidão e que está relacionado com o capital cultural (Nunes, 1963:376). Este autor advoga que, enquanto povos materialmente mal dotados souberam superar o desfavor da sua condição original, outros que dispunham em termos prováveis de largos recursos físicos mostraram-se incapazes de proficuamente os aproveitar.

O *desenvolvimento cultural* ocorre quando todos os membros da sociedade forem beneficiados, nomeadamente no sector da educação e da saúde. Neste sentido

pode haver desenvolvimento económico sem que haja desenvolvimento social. Muitas vezes o desenvolvimento cultural encontra-se relacionado com o “*capital humano*”, ou seja, as competências adquiridas pelos indivíduos através da educação e participação nos diferentes domínios da vida económica e social.

Segundo Nunes (1963:383), a estratégia do desenvolvimento cultural passa pelo sistema educacional; esta importância projeta-se em quatro domínios distintos: o da elevação geral do nível de instrução básica da população; o do desenvolvimento e aperfeiçoamento das competências diretivas, técnicas e manuais, que requeiram especialização adequada; o da formação e difusão de estruturas mentais acolhedoras e propulsoras do progresso; o de abertura dos meios de acesso, entre os estratos socioeconómicos inferiores e os estratos socioeconómicos superiores. Ou seja, depende do sistema educacional a criação das infraestruturas culturais mais elementares de uma sociedade.

**CAPÍTULO III- DESENVOLVIMENTO GLOBAL E
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA: O CASO DO
PARLAMENTO CABO-VERDIANO**

3- Desenvolvimento económico, social e cultural e a sua repercussão na entrada das mulheres no parlamento.

Neste estudo empírico procuramos responder aos objetivos inicialmente estabelecidos, de acordo com a metodologia apresentada. Pretende-se relacionar o desenvolvimento económico, social e cultural, particularmente o papel das mulheres neste processo, com a entrada de mulheres como deputadas no parlamento cabo-verdiano. Sendo assim, recorreremos a alguns dados, nomeadamente dados estatísticos secundários, disponíveis em documentos oficiais. Esses dados referem-se, por um lado, às estatísticas económicas, sociais e culturais, particularmente os que desagregam por género, e, por outro lado, os que se reportam a listas e resultados eleitorais.

Muitos autores têm defendido a ideia que o desenvolvimento económico, social e cultural cria as melhores condições para a implementação e consolidação da democracia (Lipset, 1960) e conseqüentemente, para a maior participação política.

Cabo Verde desenvolveu-se tanto no domínio económico, como também no social e cultural, razão que poderá ser invocada para explicar a entrada das mulheres em todos os órgãos de decisão e em específico no parlamento. Neste sentido procuramos evidenciar alguns fatores explicativos deste fenómeno, se bem que de forma não exaustiva, recorrendo aos dados recolhidos no INE, ICIEG, entre outras instituições, com o intuito de contribuir para o esclarecimento desta problemática.

3.1- Desenvolvimento económico

Recentemente Cabo Verde foi elevado à categoria de país de desenvolvimento médio. Segundo o PNUD (relatório de 2010 do programa das Nações unidas para o desenvolvimento), Cabo Verde possuiu um índice de desenvolvimento humano superior a muitos países ricos, como é o caso de Angola e Nigéria.

Cabo Verde tem sido destacado a nível internacional como sendo um país com boa qualidade de governação e de democracia,¹³ no entanto ainda persistem muitas limitações no sistema de representação.

¹³ AFROBAROMETER (2008)

Quadro 4 – Indicadores económicos de Cabo Verde (PIB, PIB per capita, PNB por habitante)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
PIB corrente em Milhares de contos	69.380,3	72.758,1	79.526,7	82.086,4	86.185,4	97.384,3	107.252,0	118.949,4
Taxa de crescimento do PIB real	6,1%	5,3%	4,7%	4,3%	6,5	10,1	8,6	75,2
População	444.921	452.835	460.601	468.164	475.465	483.090	491.419	499.796
PIB per capita (em milhares de escudos)	155,9	160,7	172,7	175,3	181,3	201,6	218,2	238,0
PNB por habitante	1248,8	1337,7	1734,0	1935,9	1973,7	2209,8	2645,5	3065,0

Fonte: INE

2001-2007 Contas definitiva Fonte: INE

2008 Estimativas INE

Se formos analisar a relação entre os dados dos Quadros (1&3) podemos notar que houve crescimento do PIB nacional, tal como de mulheres no parlamento entre os anos de 2001 e de 2008, mas com taxas de progressão bem diferentes. Por exemplo, em 1998 tínhamos 5 mulheres no parlamento, e apesar do crescimento económico entre 2001 e 2004, o número de mulheres deputadas baixou de 4 em 2002 para 3 em 2004 (ver quadro 1). Nos anos seguintes o aumento do desenvolvimento económico tem vindo a acompanhar o crescimento das mulheres no parlamento em Cabo Verde. Se considerarmos que em 1986 existia 0% de mulheres deputadas e que esse valor passou para um valor percentual de 15,3% e 20,8% em 2011 pode dizer que o crescimento económico teve contrapartida na eleição de mais mulheres para o parlamento.

Neste caso achamos que o desenvolvimento económico tem sido imperioso para o aumento das mulheres no parlamento, embora esta variável por si só, seja insuficiente para explicar a maior participação feminina nos órgãos de poder político.

Quadro 4 - Taxa de desemprego, por sexo, anos de 2000 a 2010 (%)

Sexo e meio	2000	2001*	2002	2003*	2004*	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Homens	6,7		12,6			20,9	10,8	14,6	11,4	12,8	9,6
Mulheres	10,9		13,2			22,0	16,6	16,0	14,8	13,2	12,1
Meio urbano	11,1		13,6			25,2	13,2	15,9	17,3	15,4	11,8
Meio rural	5,4		11,9			16,6	13,8	14,1	8,9	9,2	8,4
Total	8,6		12,9			21,4	13,4	15,2	13,0	13,0	10,7

Fonte: INE- RGPH 2000; IDRF 2001/2002; Inquérito ao Emprego 2005; QUIBB 2006; QUIBB 2007; Inquérito ao Emprego 2008; Inquérito ao Emprego 2009; RGPH 2010
OBS: * Sem Informação (operação de recolha)

A taxa de desemprego em Cabo Verde atinge em maior percentagem ao grupo das mulheres, como se pode ver no Quadro 4, embora, reconheçamos que houve mudanças, por exemplo, em 2000, a diferença no desemprego entre homens e mulheres era de 4,2%, diminuindo para 1,5% em 2002, e 1,1 % em 2005; no entanto, em 2006 houve um aumento para 5,8 e nos anos seguintes essa percentagem começou a baixar, até se registar uma diferença de 2,5% em 2010. Neste sentido há que admitir que existiram mudanças na condição feminina, neste aspeto do desemprego, se considerarmos a evolução global ao longo destes anos.

Quadro 5- Situação perante a profissão por sexo, 2011.

Situação	Total	Mulheres		Homens		ICF
		Total	%	Total	%	
Total	179.646	77.846	43,3	101.800	56,7	0,76
Trabalhador da administração pública	25.597	12.705	49,6	12.892	50,4	0,98
Trabalhador sector empresarial do Estado	13.732	6.018	43,8	7.714	56,2	0,78
Trabalhador sector empresarial privado	52.261	16.795	32,1	35.466	67,9	0,47
Militar / Forças Armadas	755	15	2	740	98	0,02
Trabalhador conta própria sem pessoal	35.482	16.679	47	18.803	53	0,89
Trabalhador conta própria com pessoal	14.211	4.058	28,6	10.153	71,4	0,4
Trabalhador familiar não remunerado	7.864	4.886	62,1	2.978	37,9	1,64
Trabalhador em casa de família	10.950	8.116	74,1	2.834	25,9	2,86
Trabalhador produção próprio consumo	8.070	4.089	50,7	3.981	49,1	1,03
Trabalhador cooperativa /Ass. Comunitária	1.853	758	40,9	1.095	59,2	0,69
Trabalhadores Organizações internacionais	284	130	45,8	154	54,2	0,85
Trabalhadores em ONGs	319	195	61,1	124	38,9	1,57
Aprendiz ou estagiário	535	190	35,5	345	64,5	0,55
Outra situação	7.324	3.038	41,5	4.286	58,5	0,71
Não sabe / Não respondeu	409	174	42,5	235	57,5	0,74

Fonte: INE, IMC 2011

Se analisarmos, agora, os dados da situação face à profissão (Quadro 5), por sexo, podemos notar que as mulheres continuam sub-representadas em várias profissões, por exemplo, nas forças Armadas, onde temos uma diferença enorme, 2% das mulheres contra 98% dos homens. Mesmo nas profissões ligadas ao Estado e as ONGs elas estão em menor número, representando apenas 32,1% no sector empresarial do Estado, sendo ainda mais significativa a diferença no sector empresarial privado, com o valor percentual de 67,9% de homens, ou seja, apesar dos avanços registados a nível social e cultural ainda persiste aquela ideia de que as mulheres devem privilegiadamente ocupar as tarefas domésticas.

Quadro 6 - Situação perante atividade económica, por sexo, ano de 2010.

Situação perante atividade económica	Total	Mulheres		Homens	
		Total	%	Total	%
Total	20.238	12.267	60,6	7.971	39,4
População ativa ocupada	6.549	3.732	57%	2.817	43
População desempregada	709	430	60,6	279	39,4
População inativa	12.980	8.105	62,4	4.875	37,6

Fonte: INE, 2010

Se analisarmos os dados do quadro 6, podemos notar que a situação perante atividade económica favorece os homens, cerca de 37,4% de homens desempregados e 60,6% de mulheres desempregadas. Existem também, mais mulheres inativas, 62,4% comparado com os homens, cerca de 37,6%.

O crescimento económico registado em Cabo Verde nos últimos tempos, modificou profundamente a condição feminina. Embora ainda persistam situações de sub-representação nas diferentes esferas da vida social e laboral, a mudança já se refletiu na entrada de mulheres no parlamento.

Perret e Ronstong (1993:87) dizia que as sociedades modernas tendem a tornar-se o resultado do processo de autonomização dos indivíduos. É neste sentido que estamos conscientes de que o aumento da taxa de ocupação feminina, particularmente nas funções mais qualificadas, tem sido um estímulo, ou até mesmo um contributo para a aquisição do capital cultural (Bourdieu, 1989) ou capital social (Putman, 2000) que se tem repercutido na entrada crescente das mulheres no parlamento Cabo-verdiano.

3.2- Desenvolvimento Social

Na área do desenvolvimento social, e de forma não exaustiva, seleccionámos os indicadores: estado civil, índice sintético de fecundidade, as mulheres na direção dos sindicatos, as mulheres nas profissões judiciais. Existem outros indicadores que podem ilustrar o desenvolvimento social, mas estes serão aqueles que mais nos interessam para explicar a evolução da condição feminina em Cabo-Verde.

Quadro 7 - taxa de homens e mulheres por estado civil (1990, 2000 e 2010)

Anos	Solteira (o)		Casada (o)		União		Separada (o)		Viúvo	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
1990	49,0	52,0	28,0	29,0	16,0	18,0	1,0	1,0	6,0	1,0
2000	51,0	58,0	17,0	17,0	23,0	22,0	4,0	4,0	6,0	1,0
2010	46,7	55,6	13,6	13,5	28,7	25,8	6,7	6,7	4,0	0,7

Fonte: INE, 1990-2010

Quadro 8 - Índice sintético de fecundidade (ISF), (1990 a 2010)

Anos	Número de filhos/ mulheres (ISF)
1990	5,5
2000	4,0
2005	2,9
2010	2,6

Fonte: INE, IDSR-II 2005, RGPH

Através do Quadro 7 pode-se constatar que Cabo Verde possui mais homens solteiros do que mulheres, ou seja, 55,6% de homens solteiros contra 46,7% de mulheres solteiras. O número de mulheres casadas tem vindo a diminuir ao longo dos anos, onde em 1990 era de 28%, passando para 17% em 2000 e atualmente é de 13,6%. O divórcio tem vindo a aumentar em Cabo Verde, sendo que em 1990 a taxa de divórcio era de apenas 1,0% em 1990 e atualmente de 6,7%. Analisando o quadro nº 8 nota-se que a taxa de fecundidade em Cabo Verde baixou nos últimos anos, sendo que em 1990, as mulheres em Cabo Verde tinham um índice sintético de fecundidade de 5,5%, passando para 4,0% em 2000, depois 2,9 em 2005 e em 2010 foi de 2,6%. Houve mudanças em torno da condição feminina, ou seja, menos mulheres casadas, aliado à redução da dimensão familiar, tem contribuído para as libertar das tarefas domésticas. Achamos que tudo isto constitui, sem dúvida, um contributo importante no que tange à participação das mulheres na esfera do poder político e, conseqüentemente, ao aumento dos lugares parlamentares.

Segundo Bourdieu (1999:77) os progressos técnicos aliados ao uso de técnicas contraceptivas possibilitou a redução da dimensão da família assim como o retardamento da idade do casamento. As mulheres colocaram outras prioridades nas suas agendas, isto é, começaram a aderir em maior número ao ensino superior, logo ficaram mais capacitadas, informadas e conscientes sobre aquilo que querem e podem atingir. No entanto, ainda persistem resistências e imposições de carácter social e cultural para que homens e mulheres tenham uma representação paritária no parlamento.

Quadro 9- As mulheres na direção dos sindicatos (número e %) (2002 e 2007)

Sindicatos	Direção Nacional (2002)			Direção Nacional (2007)		
	Total	Mulheres	%	Total	Mulheres	%
UNTC-CS	32	6	19	35	14	40
CCSL	35	9	26	35	9	26

Fonte: Gomes, Crispina (2011), *Mulheres e poder: o caso de Cabo Verde*, Praia: IBNL

Através do Quadro 9 pode-se constatar que houve um aumento de mulheres na UNTC-CS, passando de 19% em 2002 para 40% em 2007, ao contrário da CCSL que manteve inalterada essa participação feminina de 2002 para 2007.

No entanto, a nível global podemos dizer que a representação das mulheres nas direções dos sindicatos tem vindo a crescer, aliás, em sintonia com o que acontece no parlamento. No entanto tempos que reconhecer que as mulheres tem vindo a ocupar posições de maior poder simbólico e de representação no seio das organizações, razão que pode explicar a sua progressão nos órgãos do poder político e, especificamente, no parlamento Cabo-verdiano.

Na perspetiva de Crispina (2011:155), a evolução da situação das mulheres tem sido lenta, mas feito de forma sustentável; elas têm avançado em sectores considerados antes masculinos, rompendo, assim, preconceitos e tabus.

Mesmo diante dos avanços conseguidos perante a condição feminina, achamos que ainda persiste certa controvérsia no que tange ao seu posicionamento nas profissões que estão mais associadas ao poder simbólico, bem como aos recursos de capital cultural e social, o que exige uma mudança ao nível das mentalidades. No entanto reconhecemos que este fenómeno de desigualdade de cargos e oportunidades não é um fenómeno que restrinja apenas o caso Cabo-verdiano, veja-se só o caso de Portugal, onde esta temática tem sido comentada e debatida por vários autores.

Quadro 10 - Homens e mulheres nas profissões judiciais, anos de 2003 e 2004

Esfera do Poder Judicial	2003		2004	
	M	H	M	H
Membro Supremo Tribunal de Justiça	1	4	1	4
Juízes	9	30	10	23
Procuradores	4	26	5	19
Delegados de Procurador	1	8	1	6
Total	15	68	17	52

Fonte: INE, ICIEG

No que tange ao poder judicial notamos que ainda persiste desigualdade de oportunidades entre os sexos, principalmente no que toca aos delegados de procurador e aos Membros do Supremo Tribunal de Justiça, onde, quer em 2003, quer em 2004, apenas se regista a presença de uma mulher, representando apenas 10% do total (ver quadro 10). No que toca juízes, nota-se uma diferença percentual ente os sexos menos acentuados e em redução: 9 mulheres em 39 juízes, em 2003, e 10 mulheres em 33 juízes, em 2004.

Cabo Verde não foge à ideia largamente difundida em muitos países, mesmo os mais desenvolvidos, que certas profissões se ajustam mais às características ou recursos tidos como masculinos.

A persistência dessa representação social levará a um acréscimo de dificuldades na concretização da igualdade das mulheres e dos homens no campo laboral e, por consequência também na política. Mas, para que mudem as ideias é preciso mudar o capital cultural e social das mulheres e o seu envolvimento nas associações (Putman, 1993).

3.3- Desenvolvimento Cultural

O desenvolvimento cultural materializa-se nas estruturas mentais dos indivíduos, na natureza e orientações das organizações sociais que enquadram essa matriz cultural (Nunes, 1963:383).

Segundo Perret e Ronstong as mulheres mais desfavorecidas socialmente são as que têm mais necessidade que as outras de acederem a um emprego normal, o que torna problemática qualquer solução que não seja económica para o problema da exclusão (Perret e Ronstong, 1993:94).

Neste caso, há que reconhecer que o aumento do nível cultural da população, que engloba, obviamente, as mulheres, pode ter contribuído para o aceleração na entrada das mulheres no parlamento Cabo-verdiano.

Quadro 5 - Taxa de alfabetização da população de Cabo Verde, com 15 ou mais anos, por sexo, anos de 2000, 2006, 2007 e 2010 (%)

Ano	Taxa de Alfabetização da população de 15 anos e mais	
	Mulheres	Homens
2000	67	83
2006	73	87
2007	73	87
2010	77	88

Fonte: INE

Quadro 6- Nível de instrução do corpo docente do ensino superior em Cabo-Verde, por sexo, ano de 2009 (N)

Habilitações Literárias	Mulheres	Homens
Total	390	536
Licenciado	244	265
Pós-graduado	16	20
Mestrado	118	205
Doutoramento	12	45

Fonte: INE, Anuário de Estatística de Educação 2009, 2010.

Analisando os dados dos quadros 11 e 12, nota-se que, apesar das melhorias do nível de instrução da população feminina, ainda se regista uma diferença em relação ao nível de instrução dos homens, ou seja, atualmente 88% de homens são alfabetizados e 77% de mulheres alfabetizadas. No entanto a taxa de mulheres alfabetizadas vem aumentando paulatinamente: no ano 2000 era de 57%, tendo aumentado para 77% em 2010.

A maior parte dos docentes do ensino superior em Cabo Verde é do sexo masculino, cerca de 536 homens lecionam no ensino superior, contra 390 mulheres. O número de docentes do sexo masculino com o grau de mestre e doutor é superior ao das mulheres: 205 homens e 118 mulheres com o grau de mestrado, e 45 homens com grau de doutoramento contra 12 mulheres com esse mesmo grau.

Não obstante essas diferenças percentuais é de realçar que as mulheres Cabo-verdianas tornaram-se mais instruídas, fator que contribui para o aumento do capital cultural das mulheres, com prováveis consequências na participação política, particularmente nos órgãos de poder político como o parlamento. Mesmo assim, teremos de reconhecer que ainda persistem desigualdades, não só na composição do parlamento como em outros órgãos de poder político.

No entanto a ideia tradicionalmente aceite de que existiam certas profissões onde a mulher teria maiores dificuldades em exercer funções, devido a problemas de

autoridade ou de vocação, dificuldades a que acrescia o seu papel no seio familiar, sofreu roturas e hoje em Cabo Verde as profissões estão abertas para todos, sem discriminação de sexo, embora em alguns sectores ainda persistam muitas desigualdades de oportunidades. Se formos cruzar os quadros 11 e 12 com a participação das mulheres no parlamento (ver quadro nº1), nota-se que o desenvolvimento cultural, das mulheres se repercutiu no número de lugares ocupados no parlamento, onde a partir de 2001 houve um aumento de 3 deputadas para 8 deputadas. Diante de tudo isto, temos que admitir que o aumento do nível sociocultural das mulheres e a sua representação no parlamento estão intimamente relacionados. Hoje o parlamento Cabo-verdiano conta 15 deputadas, cerca de 20%, embora insuficiente, houve melhorias significativas.

CONCLUSÃO

Em Cabo Verde a problemática da participação das mulheres tem sido tema de destaque nos últimos, no entanto elas continuam sub-representadas em todas as esferas do poder político.

O ICIEG e a OMCV têm sido as instituições que mais tem levantado esta questão no domínio público, não só na esfera política, mas também na vida económica e social, mesmo assim, este fenómeno ainda não foi totalmente resolvido, apesar dos obstáculos de raiz formal e legal terem sido removidos. No entanto, restam ainda obstáculos de carácter real, quer sociais quer culturais.

Concluimos que houve mudanças em torno da condição feminina em Cabo Verde, sobretudo pelo alargamento do acesso ao ensino superior que afetou a posição das mulheres em relação ao trabalho assalariado e conseqüentemente o afastamento às tarefas domésticas. As mulheres têm vindo a ganhar assentes parlamentares ao longo dos últimos anos, nomeadamente nas eleições de 2006 e 2011 onde houve um crescimento de 5%, ou seja, passou de 15,3% para 20,8% em 2011. Mesmo assim a problemática da desigualdade de género no acesso ao poder político está longe de ser resolvida.

No âmbito deste trabalho achamos conveniente esclarecer alguns conceitos fundamentais, nomeadamente a questão da participação política, cidadania política e social, dominação simbólica e desenvolvimento económico e social, para que pudéssemos depois equacioná-los com os dados empíricos. Nota-se que o conceito de participação política é complexo, ou seja, não existe um consenso no que tange a definição deste conceito, dado que tende a variar conforme a opção normativa em causa. Outro especto relevante é a questão da dominação simbólica. São vários autores que tem vindo a defender que a ausência das mulheres nos órgãos do poder político continua a ser marcada pelo poder simbólico. Outros defendem a tese de que o desenvolvimento económico, social e cultural de um país podem levar a uma maior participação dos indivíduos.

Através da análise dos dados quantitativos, pode-se constatar que o desenvolvimento social e cultural permitiu o aceleração da entrada das mulheres no parlamento, isto é houve mudanças perante a condição feminina, por exemplo, a taxa de mulheres alfabetizados vêm aumentando paulatinamente, em que no ano 2000 era de

apenas 57%, tendo aumentando para 77% em 2010. O grau académico das mulheres tem vindo a aumentar, no ano 2009 contávamos com cerca de 10 mulheres com grau de doutoramento a lecionar na universidade de Cabo Verde. Mesmo assim ainda existem diferenças entre os sexos, mas temos que reconhecer estes ganhos em torno da condição feminina em Cabo Verde e que tem sido uma espécie de “capital cultural” no que tange a entradas das mulheres no parlamento.

Houve um crescimento das mulheres no mercado de trabalho, aliado ao aumento da taxa de divórcio, cerca de 1,0% em 1990 e atualmente é de 6,7%. Podemos relacionar esta variável com a taxa de fecundidade que tem vindo a baixar ao longo dos anos em Cabo Verde. Sem dúvida que a redução da dimensão familiar lhes permite afastarem-se das tarefas domésticas, sendo este um fator condicionante da entrada das mulheres nos órgãos do poder político e mais concretamente no parlamento Cabo-verdiano.

As mulheres colocaram outras prioridades nas suas agendas, isto é começaram a aderir em maior número ao ensino superior, logo ficaram mais capacitadas, informadas e conscientes sobre aquilo que querem. No entanto ainda persistem resistências e imposições de cariz formal para que as mulheres e homens ocupem o mesmo número de assentos parlamentares em Cabo Verde.

O desenvolvimento económico de Cabo Verde tem repercutido na qualidade da nossa democracia e, sobretudo contribuído para uma maior participação política das mulheres.

Através dos dados obtidos nota-se que o crescimento do PIB em Cabo Verde tem contribuído, para a qualidade da nossa democracia como também terá sido um fator que, a prazo, propiciou a maior presença das mulheres no parlamento. Em 1986 não havia nenhuma mulher no parlamento, no entanto nos últimos anos notou-se uma presença crescente das mulheres no parlamento, nomeadamente depois da abertura democrática em 1990. O desenvolvimento do PIB em Cabo verde tem vindo a acompanhar o aumento das mulheres no parlamento se bem que não de forma igualitária, mas há que reconhecer que teve um impacto decisivo no que tange a uma maior participação. No entanto, reconhecemos que esta variável por si só mostra-se insuficiente para explicar a participação das mulheres em todas as esferas do poder político em Cabo Verde.

As mulheres ainda continuam sub-representadas em várias profissões, tanto nas profissões ligadas ao Estado como também no sector empresarial, sendo que a maior presença das mulheres circunscreve-se à esfera familiar. Neste sentido temos que

reconhecer que existem outros fatores nomeadamente de carácter social e cultural que têm vindo a impedir a presença de forma igualitária entre os sexos no parlamento.

A percentagem de mulheres desempregadas é maior do que os homens, no entanto houve mudanças perante esta condição nos últimos anos comparando com os anteriores.

No que tange as hipóteses levantadas- (i) O desenvolvimento económico, social e cultural de Cabo Verde traduziu-se no aumento gradual da participação das mulheres no parlamento; (ii) O desenvolvimento económico, social e cultural por si só não explica a entrada das mulheres no parlamento Cabo-verdiano, foram analisadas e confirmadas através dos dados obtidos. Os dados quantitativos permite-nos sustentar a tese de que o desenvolvimento económico, social e cultural propiciou a entrada das mulheres no parlamento, no entanto esta questão pode ser visto sob outros ângulos, ou seja, deve ser encarado como um problema político, de cidadania, mas com aspetos de carácter social, cultural e jurídico. É neste sentido, que também, aprovamos a segunda hipótese, ou seja, o desenvolvimento económico, social e cultural, propiciou a entrada das mulheres nos órgãos do poder político, mas por si só não explica a entrada das mulheres no parlamento.

Torna-se imperioso o sistema de criação de quotas no parlamento como intuito de equilibrar os lugares parlamentares. Já dizia Baum e Espírito Santo que as quotas revestem-se de enorme pertinência no que tange a correção da persistente desequilíbrio entre homens e mulheres (Baum e Espírito-Santo 2009:375).

Outros fatores têm sido apontados em torno desta questão nomeadamente a inexistência de soluções institucionais de incentivo à ocupação pelas mulheres de lugares de responsabilidade no campo político, mas as causas remetem sobretudo para as distorções de carácter cultural que condicionam por seu turno a aceitação de arranjos institucionais nos sistemas eleitorais (Costa, 2011).

Para que possa haver igualdade formal entre os sexos, torna-se necessário a criação de quotas através de regulamentos ou normas dos partidos: aprovação da legislação condicionando a composição das listas eleitorais nacionais e dos partidos, bem como o sistema de nomeação de elementos dos órgãos de nomeação política (Viegas e Faria, 1999).

BIBLIOGRAFIA

- AMÉLIA, Maria (1999), *As Mulheres Deputadas e o Exercício do Poder Representativo em Portugal*, do Pós 25 de Abril de 74 aos anos Noventa, Dissertação de Mestrado em Estudos Sobre as Mulheres, Universidade Aberta, Lisboa.
- BARRETO, António (2002), *Tempo e Incerteza*, Antropos, Lisboa.
- BAUM, Michael e ESPÍRITO-SANTO, Ana (2009), *As Causas para a Adoção da Lei da Paridade em Portugal (375-411)*, In *Representação Política: O Caso Português em perspectiva comparada*, Org. Adré Freire e José Viegas, Sextante Editora, Lisboa.
- BARBALET, J:M (1989), *A Cidadania*, Editorial Estampa, Lisboa.
- BOURDIEU, Pierre (1989), “*O Poder Simbólico*”, Editora Bertrand, Rio de Janeiro.
- BOURDIEU (1999), “*A Dominação Masculina*”, Celta Editora, Oeiras
- CABO VERDE, *Constituição da Republica de Cabo Verde*, 1º Revisão Ordinária-2011.
- CABRAL MANUEL, villaverde (1997), *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*, oeiras, Celta Editora.
- CANAS, Vitalino et al (1999), *A Questão da Igualdade de participação Política, Democracia com mais Cidadania*, Casa da Moeda, Lisboa.
- CARNEIRO, Sá Francisco (1971), *Uma tentativa de participação Política*, Moraes Editores, Lisboa.
- Comissões Parlamentares para a Igualdade de Oportunidades (1999), Assembleia da República-Divisão de Edições- da Iniciativa da Comissão para a Igualdade e Oportunidades da Família da Assembleia da República, Lisboa.
- COSTA, Suzano (2011), “*Mulheres e Participação Política no Cabo Verde Democrático*”, in Carmelina Fonseca & Celeste Fortes (Org.), *As Mulheres em Cabo Verde: Experiências e Perspectivas*, Praia: Edições da UNICV.
- COSTA, Suzano (2010). *Do Falocentrismo estéril: mulheres e participação política em Cabo Verde*, In *Jornal a semana*.
- DAHL, Robert (1971), *Poliarchy: Participation and Opposition*, New Haven: Yale University Press.
- DONNELLY, Jock, Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/ipri/Papers/DireitosHumanos/Artigo07.doc>.> Acesso: 03/01/ 2013.

ÉVORA, Roselma (2005), Cabo Verde. *A Abertura Política e a Transição para a Democracia*, Praia: spleen Edições.

ÉVORA, Roselma (2011), *Um País de Mulheres Governado por Homens: Democracia e Processo Decisório em Cabo Verde*. Comunicação apresentada durante conferência sobre as mulheres em Cabo Verde, Praia: Universidade de Cabo Verde.

GARCIA, Solelad, LUKES, Steven, (1999), *Cidadania: Justiça Social, identidad y Participación*, Siglo Vientireno Editores, SA, Madrid.

GOMES, Crispina (2011), *Mulheres e poder: O caso de Cabo Verde*, Praia: IBNL.

GRAÇA Sanches (2013) **in** **Expresso das ilhas**, <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/sociedade/item/35417-rmp-quer-mais-mulheres-nos-lugares-de-decis%C3%A3o> **consultado em sexta, 15 março 2013 00:10**

INE, ICIEG (2012), *Mulheres e Homens em Cabo Verde, Factos e Números*, Nações Unidas.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc (1988), *Manual de investigação em Ciências Sociais*, Tradução de João Marques e Maria Mendes, UNL, Gradiva-Publicações, Lisboa.

KINDLEBERGER, Charles (1958), *Desenvolvimento Económico*, tradução de Elisa Tixeira Pinto revista por Luís M.Teixeira Pinto, Livraria Clássica Editora, Lisboa.

LAMPREIA, Luiz (1995), Relatório brasileiro sobre desenvolvimento social, Estudos Avançados 9 (24), Copenhague: disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a03.pdf>

LIPSET, Seymour (1960), *Political Man: The social Basis of Politics*. New-York:Doubleday.

MACANO, Elísio (2002), *A transição Política em Moçambique*, CEA/ISCTE, AV Forças Armadas, Lisboa.

MARTINS, Manuel (2004), *Participação Política e Democracia, o Caso Português (1976-2000)*, ISCSP, Lisboa.

MARTINS, Manuel (2008), *Representação Política, Eleições e sistemas Eleitorais: Uma introdução*, ISCSP, Manuais Pedagógicos, Lisboa.

MARTINS, Manuel e PEQUITO, Teixeira (2005), *O Funcionamento dos Partidos e a Participação das Mulheres na Vida Política e Partidária em Portugal*, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Lisboa.

MATLAND, Richard (1998), “women’s representation in national legislatures: developed and developing countries. In legislative studies quarterly. Pp 109- 125.

- MEIER, Gerald e BALDWIN, Robert (1968), *Desenvolvimento económico*, Traduzido por Augusto Reis e Luiz Pereira Vieira, Editora Mestre Jou, São Paulo.
- MIGUEL, Luis (2009), *Perspetivas Sociais e Dominação Simbólica: A Presença política das Mulheres entre iris Maion Young e Pierre Boudieu*, Ver. Social. Política, Curitiba, v.18, nº36, p.25-49, jun 2010.
- MONTEIRO, Euridece (2008), *Mulheres, democracia e representação política*, in *Teresa Cunha e Celina Santos, org. Das raízes da Participação política*, Rainha e Neves, Lda- Santa Maria da Feira, Lisboa.
- MONTEIRO, Eurídice (2009), *Mulheres, Democracia e Desafios Pós-coloniais: Uma análise da participação política das mulheres em Cabo Verde*, Praia, Edições UNICV.
- NORRIS, Pippa (2004), *Electoral Engineering. Voting Rules and Political Behavior*, Cambridge: Cambridge University Press.
- PARRY, Geraint et al (1992), *Political Participation and democracy in Britain*, Cambridge University Press, Cambridge.
- PEREIRA, Alexandre, POUPA, Carlos (2012), *Como Escrever uma Tese, Monografia, ou Livro Científico Usando o Word*, Edições Silabo, Lda, Lisboa.
- PERRET, Bernard e ROUSTANG, Guy (1993) *A Economia Contra a Sociedade: Afrontar a Crise de Integração Social e Cultural*, Instituto Piaget, Lisboa.
- PROENÇA, Carlos (2009), *A Exclusão Social em Cabo Verde: Uma Abordagem preliminar*. Colecção Documentos de Trabalho nº76, Lisboa. Disponível em: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/845/1/CESA-DT_76-2009.pdf.
- PUTNAM, R. (1993). *Bewling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Touchston.
- REYNOLDS, Andrew (2005) Ben Reilly e Andrew Ellis. *Concepção de Sistemas Eleitorais: uma visão geral do novo guia do International IDEA*. IDEA.
- VERBA, Laurence (2001). *Participation and political Equality: A Seven-Nation comparison*, Chicago: the University of Chicago Press.
- VIEGAS, José e FARIA Sérgio (1999), *Participação Política Feminina e Democracia: Percursos, Constrangimentos e Incentivos*, Sociologia: Problemas e Práticas, 30, 55-87.
- VIEGAS, José e FARIA Sérgio (2001), *As Mulheres na Política*, Oeiras; celta Editora, Portugal.
- VOGEL-POLSKI, Eliane (1994), *Les Femmes et la Citoyenneté Européenne*, Comission Europeenne, Bruxelas.